

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas - Coordenação de Análise Técnica

Parecer Técnico FEAM/URA NM - CAT nº. 27/2025

Montes Claros, 25 de abril de 2025.

PARECER TÉCNICO - PT DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO			
PROCESSO SLA Nº:	7977/2025	SITUAÇÃO:	Sugestão pelo indeferimento
EMPREENDEDOR:	Mineração Rio Paracatu Ltda.	CNPJ:	14.891.328/0001-50
EMPREENDIMENTO:	Mineração Rio Paracatu - Antigo Porto da Balsa	CNPJ:	14.891.328/0001-50
MUNICÍPIO(S):	Ubaí/MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIOS LOCACIONAIS INCIDENTES: Sem critérios locacionais			
Coord. (Geográficas/UTM): LAT/Y: 16°22'16.444"S - LONG/X 45°3'48.331" W (Sirgas 2000)			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO(DN COPAM 217/2017):	CLASSE:	CRITÉRIO LOCACIONAL:
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	2	-
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Fabianna N.A.		CREA MG 2***6/D	
Paulo H.F.F		CRT MG 1*****056-09 /TD	
Olívia G. B. A.		CREA MG 4****5/MG	
AUTORIA DO PARECER:			MATRÍCULA:

Gilson Souza Dias Gestor Ambiental	0.943.199-0
De acordo: Gislando Vinícius Rocha de Souza Diretor Unidade Regional de Regularização Ambiental – URA NM	1.182.856-3



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Souza Dias, Servidor(a) Público(a)**, em 25/04/2025, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor (a)**, em 25/04/2025, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **112291435** e o código CRC **F5336BEA**.



Parecer Técnico Renovação de Licença Ambiental Simplificada-Relatório Ambiental Simplificado – LAS/RAS nº 27/2025

1. Introdução e caracterização do empreendimento

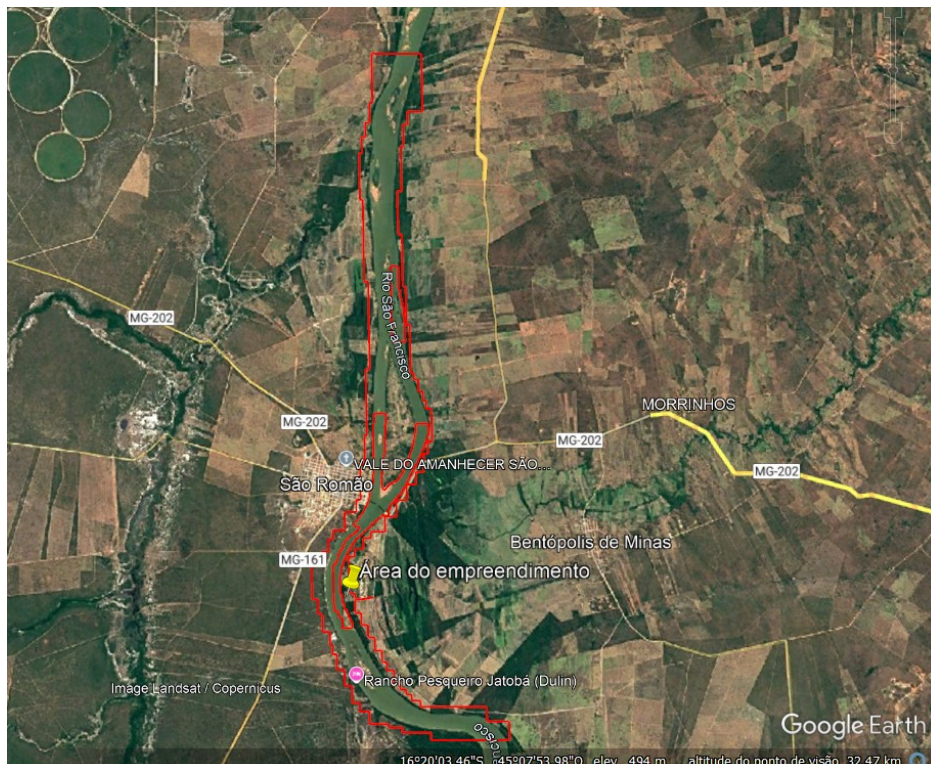
O empreendimento **Mineração Rio Paracatu – Antigo Porto da Balsa**, possui Licença Ambiental Simplificada – LAS/Cadastro (certificado 247/2025) com validade de 10 anos (vencimento em 14/01/2035) e exerce suas atividades em área arrendada na zona rural do município de Ubaí – MG, na fazenda Sabões para a atividade **A-03-01-8, extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil** (produção bruta de 8.000 m³/ano), nos termos da Deliberação Normativa nº 217/2017, com potencial poluidor degradador M e porte P, sendo enquadrada na classe 2. Em 09/04/2025, o empreendedor entrou com documentação para formalizar junto à URA NM, processo de Licenciamento Ambiental Simplificado LAS/RAS, em fase de projeto, para a mesma atividade, **com ampliação** da produção bruta para 50.000 m³/ano, nos termos da Deliberação Normativa nº 217/2017, com potencial poluidor degradador M e porte M, sendo enquadrado na classe 3.

Na análise da documentação apresentada verificou-se que:

O empreendimento **não** possuiria critérios locacionais e possuiria fatores de restrição ou vedação “intervenção em área de APP”, “estar situado em área de influência do patrimônio cultural”, “estar em área de celebrações e formas de expressão registradas” e “estar em área de bens tombados – acautelamento municipal”.

O empreendedor apresentou certidões municipais de uso e ocupação do solo, emitidas pelas prefeituras de Ubaí, São Romão e Icaraí de Minas. O uso e ocupação do solo nas áreas próximas ao empreendimento é representado pela presença do rio São Francisco; área consolidada em zona rural e estrada municipal.

Imagem 1: Uso e ocupação do solo/Fonte: Las/Ras e Google Earth





O empreendimento encontra-se em bioma de Cerrado, com remanescentes de formações vegetais nativas de Floresta Ombrófila Sub-Montana. Existe curso d'água na área do empreendimento.

A área arrendada onde ocorreria a ampliação do empreendimento possui CAR Nº: MG-3170008-A2FC.7A09.E79E.4F76.95C4.5A1C.A196.8CA6, informando que a área total da propriedade é de 55,2631 ha, 11,0952 ha de reserva legal, 13,7795 ha de APP e área consolidada de 28,8809 ha, com matrículas 13.760 e 19.426 do cartório de Brasília de Minas.

Para realização das atividades foi expedida Autorização para Intervenção Ambiental – AIA, de nº 2100.01.0027458/2024-08, certificada pelo NAR de São Francisco, em 12/11/2024, para Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP, sendo a área de intervenção de 2,4278 ha.

Segundo o RAS, a área total e impactada do empreendimento seria de 3,8661 ha. O empreendimento contaria com um número total de 05 funcionários, sendo 04 na produção e 01 no administrativo, trabalhando em 01 turno de 08 h/dia, 6 dias por semana em 12 meses do ano.

No empreendimento ocorreria a extração de 50.000 m³/ano de areia, com extração mensal de aproximadamente 4.166,66 m³. Haveria dragagem no rio São Francisco com disposição do minério no pátio de disposição, sem beneficiamento. Para combate a erosão, seria implantado sistema de drenagem na área de apoio e lavra composto de canaletas no solo, ligadas às bacias de decantação.

O empreendimento possui processo da Agência Nacional de Mineração – ANM de nº 833.371/2012, para extração de areia em área de 1.750,1868 ha.

Os equipamentos utilizados no empreendimento seriam: 01 pá carregadeira e 01 conjunto motor-bomba (draga) instalada sobre balsa flutuante. Os insumos utilizados seriam óleo Diesel (352 l/mês), lubrificante (05 kg/mês) e óleo motor (15 l/mês).

O empreendimento não possuiria posto/unidade de abastecimento.

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1. Análise de impactos ambientais e medidas mitigadoras

Os impactos ambientais inerentes a atividade de **A-03-01-8, extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil** e respectivas medidas mitigadoras, seriam:

2.1.1. Desaguamento de mina: Não se aplicaria segundo informações do empreendedor no RAS.

2.1.2. Processos erosivos (medidas mitigadoras): O controle dos impactos sobre o solo seria a implantação de um sistema de drenagem superficial composto por canaletas e bacia de sedimentação nas áreas de extração, aliada à preservação do remanescente de mata ciliar.



2.1.3. Efluentes líquidos (medidas mitigadoras): Existiria geração de efluentes líquidos sanitários (0,4 m³/dia) na época de instalação (disposição do efluente em banheiro químico e destinação final a empresa especializada) e da operação (destinação final em fossa séptica com filtro anaeróbico e sumidouro a ser instalado). Seriam gerados também efluentes oleosos no empreendimento, lançados em sistema de caixa SAO e destinação final à empresa especializada.

2.1.4. Emissões atmosféricas: Existiria emissões de gases veiculares e material particulado. **Medidas mitigadoras:** Manutenção e regulação de veículos e equipamentos; controle de velocidade e umectação de vias quando necessário.

2.1.5. Resíduos sólidos: Os resíduos gerados seriam: Embalagens diversas descartadas (10 kg/mês); óleos, graxas e lubrificantes (2 kg/mês) estopas e material contaminado por óleos e graxas (1 kg/mês); resíduo orgânico (30 kg/mês); Resíduos da construção civil (50 kg/mês); resíduo de fossa séptica (0,1408 m³ /mês).

2.1.6. Ruídos e vibrações: Ocorreria geração de ruídos veiculares e de equipamentos. **Medida mitigadora:** Manutenção periódica dos equipamentos e veículos; confecção de laudos de ruído.

2.1.7. Qualidade ambiental: Para águas superficiais não haveria monitoramento e para subterrâneas, não se aplicaria, segundo informações do empreendedor no Ras.

2.1.8. Fauna (medida mitigadora): Ocorreria fuga, afugentamento e atropelamentos de animais segundo informações do empreendedor no RAS. As **medidas mitigadoras** apontadas seriam a operação exclusivamente em períodos diurnos e a manutenção dos veículos e maquinários.

Na AIA 2100.01.0027458/2024-08 foi identificado o impacto de aumento de estresse da fauna. A medida mitigadora apresentada seria que as operações de campo seriam em sequência, permitindo e facilitando o deslocamento da fauna local para as áreas de reserva legal e preservação permanente.

2.1.09. Impactos socioeconômicos: Haveria impactos positivos, que não demandam medidas mitigadoras, como o fomento à economia da região, a geração de renda, o aquecimento da economia local e a geração de tributos.



2.1.10. Uso da água:

2.1.10.1: Foi apresentada outorga da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, nº 819/2024, emitida em 10/04/2024, válida por 10 anos, no município de Icaraí de Minas e que autoriza captação de 3.333,34 m³/mês, em todos os meses do ano, para extração de areia em leito do rio São Francisco. As coordenadas da captação são Lat.16°21'46,5"S e de Long. 45°3'14,60"W. **A referida outorga é vinculada à Licença Ambiental Simplificada – LAS/Cadastro (certificado 247/2025)**

2.1.10.2: Para consumo humano (médio de 0,5 m³/dia), aspersão de vias (médio de 1 m³/dia) e lavagem de pisos e equipamentos (médio de 0,3 m³/dia) foi apresentada Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº 0000521851/2025, **emitida pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM**, que autoriza captação de 0,500 l/s de águas públicas do rio São Francisco, durante 08:00 hora(s)/dia, no ponto de coordenadas geográficas de Lat.16°23'30,91"S e de Long. 45°4'19,96"W, válida até 23/01/2028.

Considerando que, a lei federal 9.984/2000, Art. 4º informa que:

A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

(...)

*IV – outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em **corpos de água de domínio da União**, observado o disposto nos arts. 5º, 6º, 7º e 8º;*

Análise: A Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº 0000521851/2025 **não é válida**, pois a outorga de recurso hídrico em corpos de água de domínio da União é prerrogativa da ANA.

2.1.10.3: Além das outorgas apresentadas existe também **solicitações de outorgas** via processo ANA nº 02502.000782/2025, nas coordenadas Lat.16°23'30,90"S e de Long. 45°4'20,00"W, para captação de 2.190 m³/ano e nas coordenadas Lat.16°23'30,40"S e de Long. 45°4'22,40"W, para captação de 749.999,88 m³/ano.

Considerando que, a Deliberação Normativa COPAM Nº 217, de 06 de dezembro de 2017,



estabelece em seus artigos 15 e 16 que:

“Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Parágrafo único – O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS”. (grifo nosso).

*“Art. 16 – **A autorização para utilização de recurso hídrico**, bem como a autorização para intervenção ambiental, quando necessárias, deverão ser requeridas no processo de licenciamento ambiental, previamente à instalação do empreendimento ou atividade”.*

Análise: A apresentação de autorização para utilização de recurso hídrico é pré-requisito para a formalização de processo de regularização ambiental simplificado (LAS/Ras).

Diante do exposto, torna-se necessário o **indeferimento do processo** por falta/falha na documentação apresentada.

3. CONCLUSÃO

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e estudos apresentados, sugere-se o **indeferimento da Licença Ambiental Simplificada** ao empreendimento “**Mineração Rio Paracatu – Antigo Porto da Balsa**” para a atividade **A-03-01-8, extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil**, no município de **Ubaí-MG**, devido à necessidade de apresentação de **documentos autorizativos de intervenção em recursos hídricos**.